



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ESTUDOS
EM MEMÓRIA
DO CONSELHEIRO

ARTUR MAURÍCIO



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

Título
ESTUDOS EM MEMÓRIA DO CONSELHEIRO ARTUR MAURÍCIO
1.ª Edição, Dezembro 2014

Autores
A.A.VV.
Organização: Maria João Antunes, com a colaboração de Marta Cavaleira



Coimbra Editora®
(registo INPI n.º 300 737)

Editora
Arco de Almedina, 8 - 2.º andar
3000-422 Coimbra
Tel. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651

www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
R. Ferreira Bôrges, 77-79
3000-180 Coimbra

ISBN 978-972-32-2268-5

Depósito Legal n.º 384 454/14

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

ESTUDOS EM MEMÓRIA DO CONSELHEIRO
ARTUR MAURÍCIO

Estudos em memória do Conselheiro
Artur Maurício.
ISBN 978-972-32-2268-5

CDU 34

ÍNDICE

	Págs.
APRESENTAÇÃO.....	11
ANA LUÍSA PINTO — <i>O direito de propriedade na jurisprudência constitucional portuguesa — conteúdo e caracterização</i>	13
ANA RITA GIL — <i>A adoção de filho do cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo — o direito vigente à luz dos princípios constitucionais</i>	49
ANTÓNIO ARAÚJO/ANTÓNIO MACEDO DE ALMEIDA — <i>A revisão constitucional de 1982. Apontamentos para a história do semipresidencialismo português</i>	77
ANTÓNIO CLUNY — <i>A Independência da Procuradoria Europeia: Um Marco na Cultura Judiciária da Europa</i>	157
ANTÓNIO E. DUARTE SILVA — <i>A Primeira República e a Constituição Colonial Portuguesa</i>	179
ANTÓNIO HENRIQUES GASPAR — <i>Justiça; Obrigação (im)possível</i>	217
ARMINDO RIBEIRO MENDES — <i>A Arbitragem e a Jurisprudência do Tribunal Constitucional</i>	233
CARLA AMADO GOMES — <i>A culpa (ou a conduta?) do lesado: reflexões sobre um instituto aberto</i>	269
CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA — <i>O problema do significado na filosofia e nas ciências da linguagem (síntese de um jurista para juristas)</i>	287
CARLOS LOPES DO REGO — <i>A Reforma do Processo Civil e o Processo Constitucional</i>	301
CRISTINA MÁXIMO SANTOS, <i>A Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E.: a nova instituição de crédito do Estado Português</i>	331
EDUARDO MAIA COSTA — <i>Ações encobertas (Alguns problemas, algumas sugestões)</i>	357
ESTRELA CHABY — <i>Averiguação oficiosa da maternidade e da paternidade e averiguação para impugnação da paternidade presumida: tudo como antes?</i>	371

	Págs.
GUILHERME FONSECA — <i>Os Deveres previstos na Constituição da República Portuguesa</i>	399
IRENEU CABRAL BARRETO — <i>O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos entre o seu passado e o seu futuro</i>	407
ISABEL ALEXANDRE — <i>Proposição de acções civis pelo incapaz de facto e direito de acção judicial</i>	429
J. A. TELES PEREIRA — <i>A Indemnização por Expropriação. O caso especial do artigo 26.º, n.º 12 do Código das Expropriações de 1999 na Jurisprudência do Tribunal Constitucional</i>	441
JASNA OMEJEC — <i>Dialogue on the advisory jurisdiction of the European Court of Human Rights</i>	477
J. N. CUNHA RODRIGUES — <i>“Mecanarte” revisitado</i>	521
JOANA NEVES — <i>Os Efeitos da Insolvência na Arbitragem Internacional: problemas de direito aplicável</i>	537
JOÃO CAUPERS — <i>O difícil tempo do direito</i>	565
JOÃO CURA MARIANO, <i>O artigo 71.º do Código Civil e a tutela de direitos fundamentais após a morte</i>	581
JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO — <i>Mutações Constitucionais: um conceito vazio?</i>	601
JOSÉ A. R. L. GONZÁLEZ — <i>A responsabilidade civil por danos não patrimoniais na jurisprudência do Tribunal Constitucional da última década</i>	615
JOSÉ CASALTA NABAIS — <i>Estabilidade financeira e o Tratado Orçamental</i>	637
JOSÉ MANUEL M. CARDOSO DA COSTA — <i>Mode de désignation et indépendance des juges constitutionnels: Le cas portugais</i>	665
JOSÉ MANUEL MEIRIM — <i>Federações desportivas e exercício de poderes de natureza pública: o assumir da fractura no sentido da manutenção da tradição</i>	671
J. M. SÉRVULO CORREIA — <i>A Arbitragem dos Litígios entre Particulares e a Administração Pública sobre situações regidas pelo Direito Administrativo</i>	683
JOSÉ SOUTO MOURA — <i>Razoabilidade e proporcionalidade na jurisprudência Penal do STJ</i>	721
JUAN ANTONIO LASCURAÍN, <i>El control constitucional de las leyes penales</i>	739
LEONOR DO ROSÁRIO MESQUITA FURTADO — <i>A intervenção do Ministério Público no Contencioso administrativo</i>	769

	Págs.
LÍGIA FERRO DA COSTA — <i>A Titularização de Créditos: Problema ou Solução?</i>	781
LUÍS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO — <i>Os tribunais, os juízes e a actividade política</i>	851
MARGARIDA LIMA REGO — <i>Da inconstitucionalidade das normas permissivas de «discriminação racional»</i>	869
MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS — <i>Relance sobre 20 anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional de julgamento das contas anuais dos partidos políticos</i>	889
MARIA DOS PRAZERES BELEZA — <i>Algumas reflexões sobre o contributo dos Julgados de Paz para a evolução da justiça cível</i>	925
MARÍA EMILIA CASAS BAAMONDE — <i>Huelga en servicios esenciales para la comunidad y responsabilidad política</i>	939
MARIA HELENA BRITO — <i>O princípio do direito único como instrumento jurídico da coerência em Direito Internacional Privado</i>	977
MARIA JOÃO ANTUNES — <i>Dos atos homossexuais com adolescentes aos atos sexuais com adolescente (da norma dos casos à norma do artigo 173.º do Código Penal)</i>	1009
MARIA LÚCIA AMARAL — <i>O modelo europeu de justiça constitucional. Origens e fundamentos</i>	1025
MARIANA FARIA MAURÍCIO — <i>Algumas notas sobre a conferência procedimental no Projeto de novo Código de Procedimento Administrativo</i>	1041
MARTA CAVALEIRA/ANA CARLA TELES DUARTE PALMA — <i>O que suspende a suspensão da eficácia de um ato administrativo?</i>	1067
MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO — <i>O ordenamento constitucional português e a garantia de um nível mínimo de subsistência</i>	1097
PAULO FERREIRA DA CUNHA — <i>Do Neoconstitucionalismo. Entre práticas e teorias</i>	1125
PAULO MOTA PINTO — <i>A proteção da confiança na “jurisprudência da crise”</i>	1141
PEDRO CARO DE SOUSA — <i>O Reenvio Prejudicial — O Mecanismo de Fiscalização Concreta do Direito da União Europeia</i>	1183
PEDRO MACHETE — <i>Os limites do primado dos decretos legislativos regionais sobre a legislação emanada dos órgãos de soberania</i>	1207
ROSENDO DIAS JOSÉ — <i>Sobre a execução da sentença que condena à prática do acto administrativo devido</i>	1223

	Págs.
RUI MANUEL MOURA RAMOS — <i>Competência judicial e execução das decisões na União Europeia. A Reformulação do Regulamento Bruxelas I pelo Regulamento (UE) n.º 1215/2012, de 12 de Dezembro de 2012</i>	1269
RUI MEDEIROS — <i>Arbitragem necessária e Constituição</i>	1301
RUI PINTO DUARTE — <i>O equilíbrio contratual como princípio jurídico</i>	1331
RUI TAVARES LANCEIRO — <i>A inconstitucionalidade de normas legais habilitantes da actuação administrativa “em branco” — breve nota relativa ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 296/2013</i>	1347
TOMA BIRMONTIENĖ — <i>The Features of the Constitutional Doctrine of the Independence of Courts as Formulated in the Jurisprudence of the Constitutional Court of Lithuania</i>	1377

ARBITRAGEM NECESSÁRIA E CONSTITUIÇÃO ⁽¹⁾

RUI MEDEIROS

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

O autor destas linhas teve o privilégio de conhecer pessoalmente o Conselheiro Artur Maurício e de apreciar as suas qualidades enquanto jurista insigne e juiz do Tribunal Constitucional. E, ao participar nos merecidos *Estudos de Homenagem*, entendeu que se justificava tomar como mote da reflexão a empreender uma questão jurídico-constitucional sobre a qual se tem ocupado a jurisprudência do Tribunal que o homenageado dignificou, primeiro, como conselheiro e, mais tarde, como presidente. A escolha recaiu sobre o problema da constitucionalidade da arbitragem necessária. Trata-se, na verdade, de um tema que propicia bem uma abordagem científica e um diálogo com a importante jurisprudência do Palácio Rattton.

1. INTRODUÇÃO

a) Um problema atual

I. A questão da relação entre arbitragem necessária e Constituição é um tema atual em Portugal. Fundamentalmente, a introdução por via legislativa da arbitragem necessária em matéria de medicamentos de referência e medicamentos genéricos pela Lei n.º 62/2011, de 12 de Dezembro, e, mais recentemente, o processo que culminou na criação do Tribunal Arbitral do Desporto, hoje regulado pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, deram o mote à discussão sobre a admissibilidade constitucional de tribunais arbitrais necessários.

⁽¹⁾ Este texto, elaborado para ser publicado nos *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Artur Maurício*, serviu de base à intervenção oral sobre o tema no III Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra em 25 de Outubro 2013.